

"O país e o setor produtivo nacional estão hoje reduzidos à inaceitável condição de reféns das reuniões mensais do Copom."

Robson Andrade, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, ontem, em Belo Horizonte, em reunião de industriais com Henrique Meirelles, presidente do Banco Central.

# Cadastro social único e universal



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

**A** mobilização em prol das causas sociais brasileiras atinge hoje níveis nunca d'antes observados. No discurso da vitória logo após o anúncio do desfecho das eleições, a bandeira da luta contra a miséria foi hasteada. Este é um mérito pessoal do presidente Lula, não do então candidato Lula. Mas é preciso cuidar para que a nova esperança depositada nos avanços sociais não seja vencida pela decepção. A crescente pressão que começa a ser exercida pelos chamados movimentos sociais tem de ser respondida com atitudes estruturadas, e não com ações tópicas e descoordenadas.

É preciso buscar uma nova estrutura de ação social para que a mesma tenha impacto a médio e longo prazos. Há pouco houve acirrado debate entre as visões relativas à focalização ou universalização dos gastos sociais, e em paralelo surgiu a expectativa da criação de uma nova estrutura unificada de ações sociais.

Elemento central desta estrutura é a formação de um cadastro que dê respaldo a toda operação da política social. O cadastro social contém algumas informações alimentadas por questionário

similar ao do censo demográfico. No entanto, de todas as informações contidas no cadastro, as mais importantes são aquelas não encontradas em pesquisas domiciliares como nome e endereço, de potenciais beneficiários sociais.

Apesar do verbo cadastrar ser conjugado na primeira pessoa do plural, o substantivo cadastro deve ser expresso no singular. O cadastro social norteará ações de vários órgãos a vários níveis de governo. É desejável que possamos vislumbrar a formação, em algum momento de um cadastro universal que coloque, lado a lado, os setores formais e informais da sociedade brasileira. Uma possibilidade atualmente em curso é a criação do número de identificação social guardando a mesma lei de formação dos números do PIS.

Idealmente a formação da listagem do cadastro deveria ser feita de maneira dissociada da concessão de algum benefício social para minimizar os inevitáveis vieses incorridos na sua formação. A literatura demonstra que quanto maior o benefício concedido aos pobres menor a porcentagem de pobres que o cadastro consegue abarcar. O processo de cadastramento começaria com uma campanha de conscientização acerca da relevância deste número para os segmentos desprovidos. Na distribuição de números de cidadania, as pessoas revelariam seus nomes e endereços. O objetivo é que cada brasileiro vivo tenha um e apenas um registro. Mesmo para

aqueles como eu, que defendem políticas focadas, o ideal seria um cadastro social universal. Num momento inicial se daria ênfase a que todos os brasileiros tenham os seus respectivos números de cidadania, a começar por aqueles sem renda e sem documento.

Questões de economia e logística apontam o aproveitamento dos custos afundados na formação de outros registros já existentes. O título de eleitor constitui o registro mais simbólico do exercício da cidadania que a formação do cadastro pretende promover. A listagem de eleitores constitui um ponto de partida alternativo do cadastro social. Uma vantagem é superar com folga o número de inscrições de qualquer registro vinculado ao setor formal. Outra vantagem é o fato dos registros eleitorais não embutirem o viés contra os pobres de outros registros como o PIS. Finalmente, o registro eleitoral constitui uma identificação ligada ao local de moradia das pessoas. A justiça eleitoral guarda além de credibilidade, costume e conhecimento da causa de cadastrar cidadãos, e uma certa equidistância entre os diversos níveis de governo — o que é um atributo desejável num processo que busca integrar aqueles com e aqueles sem voto. A começar pelo cadastramento dos pais de seus respectivos filhos com menos de dezesseis anos, ou sem documento.

Uma possibilidade seria trabalhar

com listagens dos números de identidade que vão em algum momento ser consolidados juntamente com números do CPF e do título de eleitor. A idéia seria aproveitar este momento de consolidação para deflagrar a campanha de distribuição destes documentos e seus números aos pobres.

Depois de obtida a listagem de todos brasileiros e brasileiras, vem a aplicação de questionário para coleta de informações. Uma possibilidade seria desenvolver um software que permitisse utilizar as urnas eletrônicas para o cadastramen-

## É desejável que haja a formação de um cadastro universal que coloque, lado a lado, setores formais e informais da sociedade

to das informações específicas das pessoas. O grande custo da aquisição de aparelhos eletrônicos como as urnas é a obsolescência tecnológica, indicando aumento da taxa de utilização das mesmas.

Outra questão refere-se ao fluxo de informações contidas no cadastro. No sistema atual os municípios coletam e enviam os dados à Caixa Econômica Federal, a guardiã última das informações. Por que não incumbir outra instituição pública não financeira desta função afim de evitar naturais conflitos de interesse? Qualquer

instituição financeira, mesmo as públicas, tende a encarar os registros como públicos, como arquivos bancários e restringir o acesso aos dados às demais instituições.

O cadastro social representa informação valiosa não só para políticas públicas como para prestação de serviços diversos, inclusive os financeiros, para a população de baixa renda. Por que não habilitar outras instituições públicas como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste a compartilhar do uso destes registros na oferta de serviços de crédito e de microcrédito. O estímulo à concorrência é sempre salutar para os pobres consumidores, em particular para os consumidores pobres.

Outras instituições usuárias do cadastro são estados e municípios. A restrição do sigilo é mais difícil de ser superada no caso de Estados do que no caso de municípios, uma vez que os últimos são hoje o provedor original de informações. Instituições da sociedade civil têm demanda de uso do cadastro para o planejamento e a operação de suas ações. Por outro lado, o cadastro poderia se beneficiar de informações acerca de iniciativas não governamentais de distribuição de recursos. Urge o desenvolvimento de possibilidades de sinergia nesta área.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br